



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**GABINETE DO VEREADOR OCTAVIO SAMPAIO**

**LIDO**

EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

1º SECRETÁRIO

EMENDA MODIFICATIVA  
PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PROCESSO Nº 3606/2022

EMENDA MODIFICATIVA AO GP 411/2022  
- CMP 3577/2022

**Art. 1º** Fica modificado o art. 1º do Projeto de Lei GP 411/2022 – CMP 3577/2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Petrópolis, a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, dispondo sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do disposto no inciso IV do caput do art. 1º, no parágrafo único do art. 170 e no caput do art. 174 da Constituição Federal.

**§ 1º** O disposto nesta Lei tem como prioridade o desenvolvimento da economia local, em especial a economia criativa e colaborativa, a produção econômica, educacional, cultural, as empresas do terceiro setor, do mercado digital e do mercado sustentável.

**§ 2º** O âmbito de atuação desta Lei refere-se apenas à área municipal e no que tange a incentivos que visam o desenvolvimento urbano equilibrado por todo o seu território e o desenvolvimento sustentável economicamente através de mecanismos de regulação e licenciamento pertinentes a atribuição legal municipal, excluindo-se matéria de direito financeiro e tributário.

**Art. 2º** Fica acrescido o Art. 1-A, ao Projeto de Lei GP 411/2022 – CMP 2179/2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1-Aº** São princípios que norteiam o disposto nesta Lei:

I – A efetivação do comando normativo constitucional, capitulados no art. 1º, IV da CRFB/88.

II- O princípio constitucional da eficiência, previsto no Art. 37, caput, da CRFB/88.

III- A mínima intervenção, pelo Município, nas atividades econômicas privadas;

IV- A presunção de boa-fé do particular e incentivo à auto regularização;

V- O reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Município.;

Data do Documento: 22/06/2022 - 15:55:00

Data do Processo: 22/06/2022 - 15:55:17

Processo: 3606/2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO  
2022042700890034360

**VI- A proporcionalidade regulatória;**

VII- A racionalidade da atividade reguladora;

VIII- A responsabilização do particular pelas informações prestadas e pelos atos praticados em desconformidade;

IX – a intervenção subsidiária, mínima e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas; e

X- o fomento ao empreendedorismo;

**Art. 3º** As demais disposições ficam inalteradas.

### **JUSTIFICATIVA**

A presente propositura pretende adequar o referido projeto a melhor técnica legislativa, em especial as diretrizes da LC 95/1998, em seu artigo 3º, *in verbis*:

**Art. 3º** A lei será estruturada em três partes básicas:

I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

Portanto, a emenda visa apresentar adequadamente a matéria, enunciando seu objeto e âmbito de aplicação, para somente depois enunciar os princípios que a instruem.

Sala das Sessões, 22 de Junho de 2022

*OCTAVIO S. C. DE PAULA*

**OCTAVIO SAMPAIO**  
**Vereador**